

“NÃO SEM (O) NORTE”: A AMAZÔNIA COLONIAL NA RECENTE SEARA HISTORIOGRÁFICA (1990-2020)

“NOT WITHOUT THE NORTH”: THE COLONIAL AMAZON IN RECENT HISTORIOGRAPHY (1990-2020)

Karl Heinz Arenz
Universidade Federal do Pará
ORCID: 0000-0001-9500-3666

Resumo: O Estado do Maranhão e Grão-Pará compôs, de 1621 a 1772, junto com o Estado do Brasil, a América Portuguesa. Durante muito tempo, considerada uma colônia periférica e precária, a historiografia recente atenta às especificidades da formação histórica da região, enquanto fronteira estratégica com diversos grupos populacionais em intensa interação e mobilidade, com ênfase nos conhecimentos e agenciamentos dos indígenas.

Palavras-chave: Amazônia, indígenas, mobilidade

Abstract: The State of Maranhão and Grão-Pará composed, from 1621 to 1772, together with the State of Brazil, Portuguese America. Long time, seen as a peripheral and precarious colony, recent historiography pays attention to the specificities of the region's historical formation, as a strategic frontier with diverse population groups in intense interaction and mobility, with emphasis on the knowledge and agency of the indigenous peoples.

Keywords: Amazon, indigenous, mobility

Introdução

Na maioria dos trabalhos historiográficos sobre o Brasil-Colônia, o Norte não se enquadra de forma evidente nos sistemas explicativos estabelecidos. Por isso, durante muito tempo, a região foi tratada – certamente, não sem razão – como um caso à parte, ao ponto de parecer uma exceção à tradicional sequência argumentativa embasada no sistema de *plantation* ou no modelo cíclico dos principais *commodities* coloniais.¹ Por isso, já no início da escrita de uma história nacional, na década de 1830, a região amazônica foi pouco contemplada, pois as primeiras abordagens focalizaram na faixa litorânea dos atuais Nordeste e Sudeste.² Na segunda metade do século XIX, a suposta falta de inserção do Norte no conjunto nacional até foi considerada como resultado de uma política fracassada de desenvolvimento, aplicada numa região pouco ou não explorada, embora detentora de imensas potencialidades econômicas.³ Além disso, a corrente raciológica do Oitocentos fez com que as populações indígenas e mestiças da Amazônia, amplamente majoritárias na região, fossem comumente designadas de “silvícolas”, “incivilizados”, “insolentes” ou “preguiçosos”. Por sinal, nesse clima intelectual, no qual predominaram as teorias pseudocientíficas que classificaram os povos nativos como sociedades primitivas, o escritor e jornalista paraense José Veríssimo é um dos primeiros a destacar o papel histórico de índios e mestiços na formação socioeconômica e cultural de sua região natal.⁴

Historiadores e etnólogos esforçaram-se, a partir dos anos 1940, para frisar a relevância da Amazônia na construção do conjunto nacional. Os impactos da economia da borracha e dos investimentos do governo varguista inflectiram nesta virada historiográfica

¹ As principais obras de referência acerca do Brasil colonial, tanto as “clássicas” como as mais recentes, tratam a região amazônica de forma pontual. Ver, entre outros, Caio Prado Jr., *História econômica do Brasil* (São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945); Fernando Antônio Novais, *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (São Paulo: Huitec, 1979); João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001); João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Brasil Colonial*, 3 vols. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014).

² Francisco Adolpho de Varnhagen, *História Geral do Brazil*, Vol. 2 (Rio de Janeiro/Madri: E. e H. Laemmert/Imprensa J. del Rio, 1857); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1839). Acesso à coleção completa do IHGB pelo site: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/arquivo-rihgb.html>.

³ José Veríssimo, “As populações indígenas e mestiças da Amazonia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes,” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, L/1, (Rio de Janeiro, 1887), pp. 295-390; João Francisco Lisboa, *Obras de João Francisco Lisboa*, Vol. 3 (São Luís: Typ. de B. de Mattos, 1865/1866); João Lúcio de Azevedo, *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização* (Lisboa: Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1901).

⁴ José Veríssimo, “As populações indígenas e mestiças da Amazonia”, pp. 297-320.

que reivindicou, implicitamente, a “quase-igualdade” do Norte com as demais regiões do país. Desta feita, o político amazonense Arthur César Ferreira Reis seguiu um viés político-administrativo, abordando, em suas obras, a atuação dos colonizadores portugueses no vale amazônico com certo afã positivista.⁵

No entanto, a nova ótica de cunho mais “igualitário” não conseguiu substituir a imagem de uma região subdesenvolvida. Esta se percebe ainda nas primeiras etnografias acerca da vida cotidiana e, embora menos, da formação histórica dos ribeirinhos amazônicos. Os antropólogos Eduardo Galvão e Charles Wagley pesquisaram esta população marginalizada numa típica cidade interiorana à margem do rio Amazonas. Mesmo superando uma escrita de tendência raciológica, suas densas descrições deixam transparecer certa nostalgia ao pormenorizar um universo rural que é visto como prestes a sucumbir ante o avanço, supostamente inevitável, do “progresso”.⁶ Poucos anos depois, Celso Furtado dá, conforme a perspectiva binômica da relação centro-periferia, certa atenção ao Norte na sua análise sobre a formação econômica do Brasil.⁷ Esta visão de uma região em situação de extremo subdesenvolvimento exógeno, resultado do processo de colonização, predominou, nas décadas 1960 a 1980, nas pesquisas realizadas, em sua maioria, nas áreas de economia, sociologia e antropologia.

Foram historiadores norte-americanos que, no intuito de compreender melhor os impactos da colonização nas populações nativas da Amazônia, atentaram tanto às peculiaridades étnico-sociais quanto às disposições jurídico-administrativas. Assim, Mathias Kiemen, David Sweet e John Hemming enfocaram, a partir de ângulos e em décadas diferentes, os esforços de inserir os indígenas no sistema colonial mediante regulamentos legais e interferências violentas.⁸

⁵ Arthur César Ferreira Reis, *A política de Portugal no valle amazônico* (2ª ed.; Belém: SECULT, 1993). Referente ao autor e suas obras, ver também Hélio Dantas, *Arthur César Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da História* (Jundiá: Paco Editorial, 2015).

⁶ Eduardo Galvão, *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955); Charles Wagley, *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957).

⁷ Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil* (Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959). Inclusive, o tópico 16 da obra é dedicado a “O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial”.

⁸ Mathias Charles Kiemen, *The Indian policy of Portugal in the Amazon region, 1614–1693* (Washington: The Catholic University of America Press, 1954); David Graham Sweet, “A rich realm of nature destroyed: The middle Amazon valley, 1640-1750” (tese de doutorado, University of Wisconsin, Madison, 1974); John Hemming *Amazon Frontier: The defeat of the Brazilian Indians* (London: Macmillan, 1987).

Já no Brasil, desde o final dos anos 1980, dentro do contexto de um interesse crescente pela história dos povos indígenas, várias publicações focalizaram também nas populações nativas da Amazônia colonial numa perspectiva ainda predominantemente binômica. Assim, o antropólogo Antonio Porro escreveu sobre o povoamento e a cultura dos indígenas que, nos séculos XVII e XVIII, viveram nos alto e médio cursos do rio Amazonas, abrindo o caminho para a etnohistória.⁹ Na mesma época, o antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto tentou explicar a crescente discriminação e invisibilização dos índios da Amazônia desde a implementação das medidas civilizatórias de Pombal em meados do Setecentos.¹⁰ Alguns anos depois, já na década de 1990, a coletânea de Manuela Carneiro da Cunha sobre os índios no Brasil tornou-se uma referência para a Nova História Indígena. A obra se destaca pela preponderância de contribuições sobre a Amazônia, seja pré-colonial, colonial ou pós-colonial.¹¹ Enfim, no embalo da Teologia da Libertação que, naqueles anos, estava no seu auge, foi publicada uma coletânea sobre a História da Igreja na Amazônia, que também contempla amplamente a época colonial durante a qual os religiosos eram agentes fulcrais.¹²

É com esse mesmo interesse em revisitar as experiências coloniais, com os indígenas como protagonistas, que se iniciou, a partir de 1990 aproximadamente, uma nova seara historiográfica sobre a região que, por conveniência, se começou então a designar de Amazônia colonial. Ao mesmo tempo, em muitas universidades regionais e nacionais, cursos, o número de pesquisas e eventos relativos ao período colonial do Norte aumentou significativamente. Para isso contribuíram não somente políticas públicas que facilitaram o acesso à academia, sobretudo o ingresso em recém-criados programas de pós-graduação, mas também uma maior acessibilidade às fontes. Estas foram, num primeiro momento, disponibilizadas por meio de suportes eletrônicos (CDs) e, depois, mediante a digitalização de acervos arquivísticos inteiros. O Projeto Resgate foi, nesse sentido, uma iniciativa de

⁹ Diversos trabalhos do autor, escritos nos anos 1980, foram juntados em um volume único. Ver Antonio Porro, *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica* (São Paulo/Petrópolis: EDUSP/Vozes, 1996).

¹⁰ Carlos de Araújo Moreira Neto, *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)* (Petrópolis: Vozes, 1988).

¹¹ Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992), pp. 175-378.

¹² Eduardo Hoornaert (coord.), *História da Igreja na Amazônia* (Petrópolis: Vozes/CEHILA, 1992), pp. 11-261.

suma importância, pois sistematizou as fontes coloniais do *Arquivo Histórico Ultramarino* em Lisboa.¹³

Além disso, a republicação, respectivamente, em 1990 e em 2004, de duas vultosas fontes missionárias mostrou ser relevante para a pesquisa historiográfica. A primeira é a crônica do padre luxemburguês João Felipe Bettendorff, redigida no final do século XVII, poucos anos antes de sua morte. A segunda é composta por tratados escritos por seu confrade português João Daniel, nos anos 1760 e 1770. Embora ambas as obras tivessem sido publicadas anteriormente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as novas edições são as mais citadas em praticamente todos os trabalhos sobre a época colonial produzidos nos últimos anos.¹⁴

O objetivo do presente artigo é, pois, conhecer o complexo poliedro do devir da sociedade colonial tal como transparece na recente e pujante historiografia amazônica. Esta se demarcou, no decorrer dos três últimos decênios, por pesquisas focalizadas no nexo inextricável entre dois universos sociais, econômicos e simbólicos tão diferentes quanto o luso-barroco e o(s) indígena-xamânico(s).¹⁵ Por isso, não é surpreendente que a perspectiva da História Conectada e, dentre dela, da Nova História Indígena, perpassa quase todas as investigações recentes, contribuindo a fissurar três lugares-comuns que têm sido forjados pelas historiografias anteriores de acentuado caráter binômico. Estes lugares-comuns concernem às fontes, consideradas como versões unilaterais dos colonizadores, aos espaços, reduzidos à exuberante floresta tropical, e, enfim, aos sujeitos, enquadrados em categorias hierárquicas e étnicas fixas. Retomando, em seguida, estes lugares-comuns, cotejá-los-emos com as novas pistas historiográficas.

¹³ A documentação referente à Amazônia está dividida entre as seções Pará (1616-1833) e Maranhão (1614-1833), disponíveis no site: <http://resgate.bn.br/>. Ver, também, Caio César Boschi, "Projeto Resgate: história e arquivística (1982-2014)," *Revista Brasileira de História*, 38/78, (São Paulo, 2018), pp. 187-208.

¹⁴ João Felipe Bettendorff, *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado de Cultura, 1990); João Daniel, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas (1757-1776)*, 2 vols. (Rio de Janeiro/Belém: Contraponto/Prefeitura da Cidade de Belém, 2004).

¹⁵ Quanto a conciso balanço historiográfico recente, ver Rafael Chambouleyron e Pablo Ibáñez-Bonillo, "Colonial Amazon," *Oxford Research Encyclopedia – Latin American History* (26 abr. 2019), pp. 1-29. Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory>.

Histórias conectadas

De fato, a seara historiográfica recente sobre a Amazônia colonial está vinculada a uma virada na escrita da História que remonta à década de 1980. Segundo François Hartog, a pesquisa historiográfica, destrelando-se da fixação positivista e marxista no Progresso, passou de uma visão prospectiva para uma retrospectiva, interessando-se em “abarcando o caminho percorrido, para compreender onde tínhamos chegado e por quê”.¹⁶ Assim, também no caso da Amazônia colonial, este caminho não está sendo mais exclusivamente pesquisado como um trajeto supostamente pretraçado, a partir do anseio do desenvolvimento capitalista de grande envergadura ou de uma absorção completa por um conjunto de fatores hegemônicos, mas numa ótica atenta à complexidade das relações socioculturais e à diversidade das atividades socioeconômicas no passado. As investigações recentes vão, portanto, para além das macrocategorias fixas (classe, sociedade, “raça” ou mercado) enquanto balizas hermenêuticas, dando prioridade a concepções e contextos mais prosaicos, ou seja, menos involucrados em ideologias.

Também segundo Georg Iggers, passou-se, com os giros cultural e linguístico dos anos 1980 e 1990, “de uma análise macrossocial anônima e de um processo macrohistórico rumo a uma atenção sobre diferentes aspectos macrohistóricos extraídos da vida cotidiana de homens normais”.¹⁷ Nesta linha se inscreve a *history from below* (“história vista de baixo”), conceito formulado por Jim Sharpe, com base em Edmund Thompson. Esta tendência está sendo amplamente operacionalizada nas pesquisas recentes acerca do passado dos povos indígenas e tradicionais (quilombolas e ribeirinhas) da região amazônica, enquanto “um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou não tinham conhecimento de sua história”.¹⁸

Este “olhar de baixo” permite perceber novas conexões entre agentes históricos. No entanto, escrever uma história conectada sobre os dois séculos de colonização portuguesa na

¹⁶ François Hartog, *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo* (Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013), p. 179.

¹⁷ Georg Iggers, “Desafios do século XXI à historiografia,” *História da Historiografia*, 4, (Ouro Preto, 2010), p. 108.

¹⁸ Jim Sharpe, “A história vista de baixo,” *A escrita da História: novas perspectivas*, org. Peter Burke, trad. Magda Lopes (São Paulo: Edunesp, 1992), p. 59.

região amazônica (1616-1822) é uma empreitada ambígua.¹⁹ De um lado, a tarefa pode parecer simples, porque as diversas conexões entre os mundos do colonizador e do colonizado são bem documentadas em um vultoso e variado corpus de fontes, doravante bem acessíveis (leis, consultas e relatórios de administradores, crônicas e carta-ânuas de religiosos ou descrições de viajantes). Esses documentos às vezes até permitem ouvir, em suas linhas e entrelinhas, a voz dos indígenas, o maior e mais importante contingente populacional durante todo o período colonial. Mas, de outro lado, a tarefa também demonstra ser complexa, pois as pesquisas são realizadas num campo de tensões entre a desconstrução do discurso colonial e a construção de uma narrativa que, sem relativizar as condições assimétricas inerentes à lógica colonial, atenta às múltiplas reconfigurações, adaptações e mediações entre os diversos sujeitos. O grande problema que se põe para o historiador que procura escrever uma história conectada do período colonial com seus (des)encontros de universos culturais diferentes, é, apesar das pretensões e planos formulados pelos colonizadores, a ausência de uma compreensão mútua e plenamente compatível entre os agentes envolvidos. O desafio é, sobretudo, entender devidamente o intrincado jogo de interesses de cada um.²⁰

As mudanças historiográficas reverberaram profundamente na História Indígena. John Manuel Monteiro, Maria Regina Celestino de Almeida e Manuela Carneiro da Cunha, entre outros, apontam, em suas obras, para a reconfiguração das identidades e modos de vida dos indígenas durante o período colonial”, fazendo, inclusive, referências às experiências amazônicas.²¹ Monteiro frisa que as fontes, sobretudo, “os relatos dos missionários abundam em detalhes, não apenas acerca das permanências, mas também no que tange às

¹⁹ Quanto à afirmação de a escrita da História Conectada ser ambígua, isto é simples e complexa, ver Jean-Louis Margolin e Claude Markovits, *Les Indes et l'Europe: histoires connectées XV^e-XXI^e siècle* (Paris: Gallimard, 2015), p. 744.

²⁰ No caso da historiografia amazônica, a amplitude dos interesses dos diferentes agentes sociais fica óbvia em recentes produções coletivas. Ver Dossiê “O Atlântico equatorial”, orgs. Patrícia Melo Sampaio e Mauro Cezar Coelho, *Revista História (USP)*, 168, (São Paulo, 2013); Rafael Chambouleyron e José Alves de Souza Junior (orgs.), *Novos olhares sobre a Amazônia colonial* (Belém: Paka-Tatu, 2016).

²¹ John Manuel Monteiro, “Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo” (tese de livre docência, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001); John Manuel Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994); Maria Regina Celestino de Almeida, *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010; Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios no Brasil*.

reformulações do universo social e simbólico indígena, abalado pelas epidemias, pelos deslocamentos espaciais e pela imposição da cosmologia cristã”.²²

A onipresença dos sujeitos indígenas é, como já apontamos, um aspecto que caracteriza as fontes coloniais redigidas na e sobre a região amazônica. Este fato se reflete na historiografia que, nos últimos anos, se dotou de um perfil multirrelacional no que tange aos povos originários. Mas, a dinâmica das Histórias Conectadas vai mais longe, pois as pesquisas estendem-se também à macrorregião pan-amazônica e ao espaço atlântico, atentando às amplas redes de circulação, formais e informais, nas quais o Maranhão e Grão-Pará estava inserido.²³ Além disso, desde os anos 1990, análises e interpretações arqueológicas estão ganhando um interesse crescente na reflexão historiográfica. Os trabalhos de Anna Curtenius Roosevelt, Eduardo Góes Neves, Denise Schaan são a destacar nesse sentido.²⁴ Esta perspectiva interdisciplinar significa a inclusão da chamada pré-história na história da região amazônica e o reconhecimento de vestígios materiais como fontes relevantes para compreendê-la mais a fundo.

Fontes plurívocas

Quanto às fontes históricas propriamente ditas, elas são diversas, mas os escritos missionários ocupam um lugar central.²⁵ Sobretudo duas obras maiores, já evocadas acima, merecem ser averiguadas de perto, pelo fato de estarem entre as mais citadas nas pesquisas recentes. A primeira, a *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, da autoria de João Felipe Bettendorff,²⁶ oferece um amplo panorama da colonização no

²² MONTEIRO, *Tupis, tapuias e historiadores*, p. 71.

²³ Ver Dossiê “Amazônia e História global”, orgs. Aldrin Figueiredo, Rafael Chambouleyron e José Luís Ruiz Peinado-Alonso, *Revista Tempo*, 23 (3), (Niterói: set.-dez. 2017).

²⁴ Anna Curtenius Roosevelt, “The Amazon and the Anthropocene: 13,000 Years of Human Influence in a Tropical Rainforest,” *Anthropocene*, 4, (Amsterdã, 2013), pp. 69-87; Eduardo Góes Neves, *Arqueologia da Amazônia* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006); Denise Schaan, “The Camutins Chiefdom: Rise and Development of Social Complexity on Marajó Island, Brazilian Amazon” (tese de doutorado, University of Pittsburgh, 2004).

²⁵ Quanto à escrita jesuítica nos séculos XVII e XVIII, ver Célia Cristina da Silva Tavares, *A escrita jesuítica da história das missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*, Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”, Lisboa, 2-5 nov. 2005 (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 2005), pp. 1-9. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/celia_tavares.pdf.

²⁶ Referente à trajetória de Bettendorff, ver Karl Heinz Arenz, “Do Alzette ao Amazonas: vida e obra do padre João Felipe Bettendorff (1625-1698),” *Revista Estudos Amazônicos*, 5 (1), (Belém, 2010), pp. 25-78.

Seiscentos, visto a multiplicidade de assuntos tratados e evocados nesse processo.²⁷ Como outros documentos jesuíticos, também o original desta crônica foi, com muita probabilidade, confiscado e levado para Portugal no contexto da expulsão da Companhia de Jesus em 1759-1760. José Honório Rodrigues pressupõe que o manuscrito se tenha perdido após 1854, quando o poeta e etnógrafo maranhense Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) estava fazendo levantamentos e copiando documentos relevantes em arquivos portugueses, enquanto integrante da Comissão Científica de Exploração enviada pelo governo imperial.²⁸

A primeira versão impressa da crônica de Bettendorff foi publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1910, com base na cópia feita por Gonçalves Dias conforme atesta o prefácio anônimo.²⁹ Esta versão foi, em seguida, por três vezes reeditada; primeiramente, em 1990, como fac-símile da edição do IHGB, pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará – o exemplar mais citado nas pesquisas – e, depois, pelas editoras Ética e do Senado Federal, respectivamente, em 2008 e 2010.³⁰ Estes fatos demonstram a demanda por esta obra histórica nas três últimas décadas.

O segundo escrito, os tratados do também jesuíta João Daniel, intitulados *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*,³¹ teve uma trajetória não menos complexa. Em 1757, o autor, após dezessete anos na região amazônica, foi deportado para a metrópole, onde ficou encarcerado até o seu falecimento em 1776. Na prisão, Daniel redigiu esta obra peculiar que difere do padrão de uma crônica clássica. Embora abordasse certos assuntos no estilo edificante típico dos missionários, o caráter “naturalista” predomina claramente. De certa forma, os tratados de Daniel assemelham-se aos escritos de viajantes da segunda metade do

²⁷ João Felipe Bettendorff, *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Bettendorff é também autor de cinquenta e três cartas oficiais redigidas em latim. Três foram traduzidas e publicadas por Karl Heinz Arenz, duas em português e uma em francês: Karl Heinz Arenz, “Une lettre du père Jean-Philippe Bettendorff de la Mission jésuite en Amazonie,” *Hémecht – Revue d’Histoire luxembourgeoise*, 59, (Luxemburgo, 2007), pp. 273-308; “Agonia da Missão – ruína do Estado uma carta do Padre João Felipe Bettendorff (1674),” *Revista de Estudos Amazônicos*, IV, (Belém, 2009), pp. 145-164; “‘Não Saulos, mas Paulos’: uma carta do Padre João Felipe Bettendorff da Missão do Maranhão (1671),” *Revista de História (USP)*, 168, (São Paulo, 2013), pp. 271-322.

²⁸ José Honório Rodrigues, *História da história do Brasil*, Vol. 1: *Historiografia colonial* (2ª ed.; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979), p. 291.

²⁹ João Felipe Bettendorff, “Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão,” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Rio de Janeiro, LXXII/1, (Rio de Janeiro, 1910), p. VII.

³⁰ A reedição de 1990 já foi citada mais acima. Quanto as outras, ver João Felipe Bettendorff, *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (Imperatriz: Ética Editora, 2008); João Felipe Bettendorff, *Crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* (Brasília: Editora do Senado Federal, 2010).

³¹ João Daniel, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas (1757-1776)*, 2 vols.

século XVIII, com seu interesse científico ou pseudocientífico, fornecendo detalhes de cunho ecológico, botânico, zoológico, econômico e etnográfico,³² a exemplo dos escritos que resultaram da quase contemporânea “viagem filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo Norte.³³

A obra de Daniel obteve certa atenção, quando a versão original manuscrita, composta por cinco tratados, veio, em 1808, junto com a família real para o Brasil e foi registrada, dois anos depois, no acervo da Real Biblioteca, a atual Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Um sexto tratado foi encontrado mais tarde na Biblioteca Pública de Évora, onde a maior parte dos papéis jesuíticos sobre a Amazônia havia sido depositada. Entre 1820 e 1878, a obra conheceu três edições parciais. Mas, somente em 1975, em vista do bicentenário do falecimento de Daniel, a Biblioteca Nacional juntou todas as partes até então conhecidas, publicando-as em dois volumes na série dos *Anais da Biblioteca Nacional*.³⁴ Esta edição serviu de base para a reedição mais recente, em 2004, pela editora Contraponto com apoio da Prefeitura Municipal de Belém. Dois anos depois, em 2006, Antonio Porro anunciou que foram encontradas, no *Arquivo Histórico Ultramarino* em Lisboa, as partes que, segundo o índice do manuscrito original, faltaram ainda.³⁵ O anúncio da “redescoberta” dos capítulos até então inéditos foi divulgado junto com uma transcrição dos mesmos, sendo que a obra de João Daniel pode ser considerada agora como completa.³⁶ A crônica de Bettendorff e os tratados de Daniel integram, com as cartas e os relatos de Luís Figueira e Antônio Vieira, como também as crônicas abreviadas ou incompletas de Domingos de Araújo (*Chronica da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão*), Jacinto de Carvalho (*Chronica da Companhia de Jesus no Maranhão*), Bento da Fonseca (*Maranhão conquistado a Jesus Christo*) e José de Moraes (*Historia da Companhia de Jesus na extincta*

³² Karl Heinz Arenz, “A vasta Amazônia em poucas páginas: os tratados do padre João Daniel da Vice-Província do Maranhão (século XVIII),” *Escritas e leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica, séculos XVI-XIX*, org. Eliane Cristina Deckmann Fleck e Mauro Dillmann (São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2017), pp. 92-94.

³³ Referente à viagem e ao material colecionado (1783-1792), ver o site da Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (2006) da Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/alexandre/Index.html>.

³⁴ João Daniel, “Tesouro descoberto no rio Amazonas,” *Anais da Biblioteca Nacional*, 95 (1 e 2), (Rio de Janeiro, 1975).

³⁵ Antonio Porro, “Um ‘tesouro’ redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de João Daniel,” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 43 (São Paulo, 2006), p. 127.

³⁶ Henryk Siwierski, “O tesouro da alteridade amazônica na obra do padre João Daniel,” *Revista Sentidos da Cultura*, 1/1 (Belém, 2014), pp. 85-86.

Provincia do Maranhão e Pará),³⁷ um conjunto compacto de fontes acerca da atuação jesuítica na Amazônia.

A evidente predominância das fontes missionárias recebeu um contrapeso com a facilitação de acesso direto à documentação administrativa referente ao Pará e ao Maranhão coloniais, sobretudo àquela do *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU) e do *Arquivo Nacional Torre do Tombo* (ANTT). Além disso, a implementação de bibliotecas e arquivos digitais, em nível nacional e internacional, como a *Biblioteca Digital Curt Nimuendajú*, os *Anais da Biblioteca Nacional* (ANB) ou o site *Gallica* da Biblioteca Nacional da França colocaram muitos documentos e mapas até agora pouco ou não conhecidos à disposição dos que estudam o período colonial da Amazônia.³⁸ Convém ressaltar que os ANB já disponibilizaram em 1948, nos volumes 66 e 67, o chamado *Livro Grosso do Maranhão*, uma importante coletânea das principais leis concernentes à colônia amazônica.

A multiformidade e complexidade dos encontros entre os diferentes agentes da sociedade colonial, sobretudo os que envolvem os indígenas, constituem nas pesquisas recentes importantes balizas hermenêuticas para a análise das fontes. Mesmo se as leis, consultas, cartas, crônicas e relatórios escritos por missionários, militares e funcionários nos séculos XVII e XVIII fornecem, antes de tudo, uma “primeira história dos vencidos”, eles revelam também o caráter intrincado do próprio processo colonizador que, necessariamente, implica “Outros”. Assim, os religiosos, no intento de eliminar diferenças e (re)integrar o suposto “selvagem” à humanidade, viram-se forçados a ressignificar e adaptar constantemente a mensagem e as práticas cristãs por eles divulgadas. Sobretudo a Companhia de Jesus procurou, no processo de sua rápida difusão entre os séculos XVI a XVIII, coletar e sistematizar informações de cunho etnográfico para poder classificar os povos até então não ou pouco conhecidos aos europeus, como os indígenas das Américas.³⁹ Da mesma forma, ante a importância dos índios enquanto mão de obra “da terra”, os documentos administrativos e jurídicos fazem dos nativos sujeitos indispensáveis, ao ponto

³⁷ Referente às obras mencionadas, ver Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. 4: *Norte 2: Obra e assuntos gerais – séculos XVII-XVIII* (Rio de Janeiro/Lisboa: Instituto Nacional do Livro/Livraria Portuguesa, 1943), pp. 317-329.

³⁸ Aqui os sites das instituições na sequência apresentada no texto: <http://www.etnolinguistica.org/>; <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>; <https://gallica.bnf.fr/>.

³⁹ Adone Agnolin, “Catequese e tradução: gramática cultural, religiosa e lingüística do encontro catequético e ritual nos séculos XVI-XVII,” *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*, org. Paula Montero (São Paulo: Globo, 2006), pp. 143-151.

de conceder-lhes, conforme a conjuntura e a conveniência, o status de aliados e até de vassallos do rei. Esta óbvia necessidade do colonizador de falar do colonizado está na base da polifonia que se percebe nas linhas e, ainda mais, nas entrelinhas das fontes coloniais.

Fronteira(s) dinâmica(s)

A ocupação do espaço amazônico foi um processo complexo e gradual que não resultou num domínio completo sobre a vasta bacia hidrográfica e territórios adjacentes até o fim da época colonial. Também em razão desta não-completude, a maioria das pesquisas recentes tende a classificar a região como “fronteira”, fazendo-se, para isso, prevalecer de um conceito trabalhado, desde as últimas décadas do século XX, por historiadores e geógrafos em diferentes contextos.

Assim, as ideias de “zona de contatos” e “área de encontros”, respectivamente definidas por Mary Louise Pratt e Hal Langfur, estão sendo aplicadas com frequência em pesquisas acerca da Amazônia colonial. Mary Louise Pratt elucida: “I use this term to refer to social spaces where cultures meet, clash, and grapple with each other, often in contexts of highly asymmetrical relations of power, such as colonialism, slavery, or their aftermaths as they are lived out in many parts of the world today”.⁴⁰ A Amazônia colonial é, sem dúvida, uma dessas “partes do mundo”, pois constituiu um lugar onde ocorreram encontros culturais, simbólicos e linguísticos, no contexto dos quais o poder foi negociado, apesar da profunda assimetria das relações sociais. Desta feita, a “zona”, enquanto conceito de cunho geográfico, obtém com sua associação às complexas dinâmicas dos “contatos” uma clara dimensão relacional.⁴¹ De forma mais específica, Langfur, que investigou os processos de colonização no interior do Brasil, designa como fronteira “that geographic area remote do settled society but central to indigenous peoples, where such consolidation was not yet assured and where the outcome of multiethnic cultural encounters remained in doubt”.⁴² O historiador contrapõe a visão socioespacial dos europeus à dos indígenas, pois, o que para os primeiros parece periférico é central para os segundos.

⁴⁰ Mary Louise Pratt, “Arts of the Contact Zone,” *Profession*, [15], (Nova York, 1991), p. 34. A revista, que não enumera suas edições, é publicada pela *Modern Language Association*.

⁴¹ Ver Mark Harris e Silvia Espelt-Bombín, “Rethinking Amerindian Spaces in Brazilian History,” *Ethnohistory*, 65 (4) [edição especial] (Durham, out.-dez. 2018), pp. 537-547.

⁴² Hal Langfur, *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830* (Stanford: Stanford University Press, 2006), p. 5.

Além da ideia dos dois autores norte-americanos, Karl Arenz adaptou o conceito de “fronteira granular”, formulada pelo geógrafo francês Daniel Nordman, à Amazônia. De fato, no decorrer da expansão colonial, militares e missionários fundaram uma série de núcleos habitacionais que constituíram um conjunto de “grãos” (daí “granular”) interligados, mas separados por interstícios territoriais não controlados.⁴³ Deveras, as redes de fortes e missões (mais tarde, vilas) foram fundamentais para o processo de estruturação espacial e social da bacia amazônica conforme a lógica colonizadora. Aliás, fortes e vilas adjacentes na calha e no delta amazônicos estão na origem da urbanização na região, como demonstra Renata Malcher de Araújo em sua análise acerca das cidades de Belém, Macapá e Mazagão.⁴⁴

A ideia de uma ampla fronteira enquanto espaço de intensas e complexas interações sociais, econômicos e simbólicos, distante dos centros de poder, remete ao conceito de mobilidade. A obra de Heather Roller é, neste sentido, um marco, pois revisa a imagem de indígenas errantes e fugitivos em meio a um suposto labirinto de rios e matas, imagem que predominou até o terceiro quartel do século XX. A autora aponta os interesses e táticas dos índios coloniais de articular e estender suas próprias redes sociais, seja a partir dos estabelecimentos coloniais por eles habitados, seja durante as numerosas viagens pelo interior para colher drogas do sertão ou remar as canoas de missionários, militares e moradores.⁴⁵ Mobilidades de cunho estratégico e tático – no sentido de Michel de Certeau⁴⁶ – transparecem também em outras pesquisas que ressaltam os constantes deslocamentos em canoa pelos rios da região. Neste sentido, o conceito de fluvialidade corresponde, mais do que o de territorialidade, às condições naturais para entender o processo de exploração e ocupação da Amazônia que, aliás, só foi possível mediante o conhecimento e o aproveitamento das rotas fluviais.⁴⁷ Elias Abner Coelho destaca, nesse contexto, o papel

⁴³ Karl Heinz Arenz, *De l'Alzette à l'Amazonie: Jean-Philippe Bettendorff et les jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)* (Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes, 2010), p. 16; Daniel Nordman, *Frontières de France: de l'espace au territoire (XVIe-XIXe siècle)* (Paris: Gallimard, 1998), pp. 40-63

⁴⁴ Renata Malcher de Araújo, *As cidades na Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão* (Porto: FAUP Publicações, 1998).

⁴⁵ Heather Flynn Roller, *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil* (Stanford: Stanford University Press, 2014).

⁴⁶ Quanto à conceituação de “estratégias”, “táticas”, ver Michel de Certeau, *A invenção do cotidiano*, Vol. 1: *Artes de fazer*, trad. Ephraim Ferreira Alves (3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1998), pp. 97-106.

⁴⁷ Rafael Chambouleyron e Luís Costa e Sousa (orgs.), *Rivers and Shores: “Fluviality” and the Occupation of Colonial Amazonia* (Peterborough/Lisboa: Baywolf Press/CHAM, 2019).

fundamental dos remeiros e pilotos indígenas que, ao que tudo indica, eram conscientes de sua importância para o empreendimento colonial.⁴⁸

Francismar Alex Lopes de Carvalho frisa a centralidade da navegação fluvial no Setecentos, atentando, para além dos saberes e práticas dos indígenas, aos conflitos e alianças que as locomoções acabaram engendrando.⁴⁹ De forma similar, Nádia Farage, Denise Maldí, Marta Amoroso e Auxiliomar Ugarte analisam as agências e os interesses dos povos originários em áreas que, enquanto zonas fronteiriças no oeste da bacia amazônica, ganharam importância estratégica para os colonizadores, como os vales dos rios Negro, Madeira e Solimões. Suas pesquisas elucidam o quanto deslocamentos e alianças estiveram interligados, sobretudo em relação aos esforços dos indígenas de proteger seus modos de vida e suas zonas de influência tradicionais.⁵⁰

Mas, também o número de trabalhos acadêmicos que olham o espaço amazônico pelo prisma dos interesses e das agências dos colonizadores tem aumentado. No entanto, longe da tendência historicizante e heroicizante que caracterizaram certas obras clássicas, redigidas ainda no século passado, como os dois volumes de Arthur Cezar Ferreira Reis sobre as fronteiras coloniais amazônicas,⁵¹ as pesquisas recentes estão bem mais atentas às (re)ações dos indígenas ao empreendimento da ocupação colonial. Nesta linha, a implementação da administração portuguesa, ainda na época da União Ibérica (1580-1640), e os primeiros avanços da colônia em direção ao interior do continente foram abordadas por Alírio Cardoso.⁵²

⁴⁸ Elias Abner Coelho Ferreira, "Oficiais, canoeiros, remeiros e pilotos *jacumaúbas*: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)" (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016).

⁴⁹ Francismar Alex Lopes de Carvalho, *Entre rios e impérios: a navegação fluvial na América do Sul (século XVIII)* (São Paulo: Editora Unifesp, 2019).

⁵⁰ Nádia Farage, *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização* (São Paulo, ANPOCS/Paz e Terra, 1991); Denise Maldí, "De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX," *Revista de Antropologia*, 40 (2), (São Paulo, 1997), pp. 183-221; Marta Amoroso, "Corsários no caminho fluvial: os Mura no rio Madeira," *História dos índios no Brasil*, org. Manuela Carneiro da Cunha (São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992), pp. 297-310; Auxiliomar da Silva Ugarte, *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)* (Manaus: Valer, 2009).

⁵¹ Arthur Cezar Ferreira Reis, *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*, Vol. 1: *A fronteira colonial com a Guiana francesa* e Vol. 2: *Fronteiras com as colônias espanholas* (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947-1948).

⁵² Alírio Cardoso, *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)* (São Paulo: Alameda, 2017).

Já referentes à segunda metade do século XVII e à primeira do XVIII, novas pesquisas apontam que, para além do conhecido modelo explicativo de ver nas guerras entre indígenas e tropas coloniais o principal vetor da expansão, uma gama de outros interesses têm que ser levada em consideração. Vanice Siqueira de Melo analisa a extensão da capitania do Maranhão em direção ao Piauí sob o pretexto de aplicar a legislação indigenista nesta estratégica zona de conexão com o Estado do Brasil.⁵³ Wania Alexandrino Viana investiga o papel de indígenas mobilizados para servirem nas tropas dentro de um sistema militar extremamente frágil. A autora mostra que, diferente da visão de um forte aparato repressivo, a defesa e a expansão do território constituíram um desafio permanente para administradores e capitães.⁵⁴ Outros trabalhos apontam o quanto as expedições para os sertões, sobretudo as zonas consideradas estratégicas, como as margens dos rios ou os caminhos terrestres, dependiam dos conhecimentos dos indígenas, mas também do controle sobre esses sujeitos-chave, mediante descimentos forçados e guerras ofensivas.⁵⁵ De fato, os conflitos violentos entre indígenas e colonizadores que ocorriam com frequência nos sertões, tidos como espaços não ou pouco estruturados, não eram simplesmente enfrentamentos aleatórios ou “selvagens”, mas lutas programadas pelas quais grupos indígenas intentaram defender e proteger os territórios de importância simbólica e econômica para eles.⁵⁶ Mas, de modo geral, as violências tenderam a ceder, até o fim da época colonial, a negociações acerca dos territórios no interior, conforme destaca Barbara Sommer.⁵⁷

Mas não somente as zonas fronteiriças internas tornaram se objetos de estudo, também as linhas divisórias externas estão sendo analisadas para além das negociações diplomáticas em torno de sua delimitação. De fato, com a crescente importância das fronteiras políticas, no século XVIII, sobretudo frente às possessões castelhanas ao oeste e

⁵³ Vanice Siqueira de Melo, *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)* (Curitiba: Prismas, 2017).

⁵⁴ Wania Alexandrino Viana, “Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na Capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)” (tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019).

⁵⁵ André José Santos Pompeu, “Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)” (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016); Rafael Chambouleyron, Pablo Ibáñez-Bonillo e Vanice Siqueira de Melo, “‘Vastidão dos gentios bárbaros’: caminhos e fronteiras entre o Maranhão e o Brasil (1680-1700),” *Almanack*, 27, (Guarulhos, 2021), pp. 1-48.

⁵⁶ Carlos Fausto e Michael Heckenberger (eds.), *Time and Memory in Indigenous Amazonia: Anthropological Perspectives* (Gainesville: University Press of Florida, 2007); Cynthia Radding, *Landscapes of Power and Identity: Comparative Histories in the Sonoran Desert and the Forests of Amazonia from Colony to Republic* (Durham: Duke University Press, 2005).

⁵⁷ Barbara Sommer, “Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese Policy in Pará, Brazil, 1758–1798” (tese de doutorado, University of New Mexico, Albuquerque, 2000);

francesa e holandesa ao norte, surgiram novas dinâmicas sociais e econômicas, que os pesquisadores caracterizam como transfronteiriças. Estas dinâmicas impactaram diretamente nas redes, rotas e circuitos indígenas tradicionais que, em muitos casos, reconfiguraram-se, possibilitando novas alianças, como mostram os estudos de Carlos Bastos, Siméia Lopes e Adilson Júnior Brito.⁵⁸ Já numa perspectiva mais ampla, Francismar Alex Lopes de Carvalho enfoca as dinâmicas sociais nas regiões centrais do continente, que incluíram a parte ocidental da bacia amazônica cortada pela linha delimitadora que, ao menos oficialmente, separou os domínios das coroas ibéricas.⁵⁹ Quanto à fronteira no Cabo Norte, entre os atuais Amapá e Guiana Francesa, Rafael Ale Rocha discute a política portuguesa no início do século XVIII que visou inserir este espaço de constante litígio “em um contexto imperial”.⁶⁰ Rosa Acevedo e Flávio Gomes, como também Pablo Ibáñez-Bonillo e Karl Arenz, apontam a fronteira luso-francesa na Amazônia como zona de intenso trânsito de pessoas e produtos, conforme as vantagens que, dependendo das circunstâncias, um ou outro lado oferecia.⁶¹

Os termos “sertão”, “fronteira” ou “interior”, conjugados com o conceito da mobilidade, elucidam a dimensão social e, no caso dos indígenas, também simbólico dos espaços amazônicos – e isso, desde bem antes da chegada dos europeus.⁶² Adotando esta perspectiva, as pesquisas recentes diferem, assim, da historiografia antecedente que tendeu a estacar principalmente o exotismo ou a exuberância do espaço amazônico.⁶³

⁵⁸ Carlos Augusto Bastos e Siméia de Nazaré Lopes, “Comercio, conflictos y alianzas en la frontera luso-española: capitania de Río Negro y provincia de Maynas, 1780-1820,” *Procesos – Revista Ecuatoriana de Historia*, 41, (Quito, jan.-jun. 2015), pp. 83-108; Adilson Júnior Ishihara Brito, “Insubordinados sertões: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820” (tese de doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2016); Carlos Augusto Bastos e Adilson Brito (eds.), *Entre extremos: experiências fronteiriças e transfronteiriças nas regiões do rio Amazonas e do rio da Prata – América Latina, séculos XVI-XX* (Curitiba: Editora CRV, 2018).

⁵⁹ Francismar Alex Lopes de Carvalho, *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)* (São Paulo: Alameda/FAPESP, 2014).

⁶⁰ Rafael Ale Rocha, “‘Domínio’ e ‘posse’: as fronteiras coloniais de Portugal e França no Cabo Norte (primeira metade do século XVIII),” *Tempo*, 23 (3), (Niterói, 2017), pp. 528–545.

⁶¹ Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Flávio Gomes, “Reconfigurações coloniais: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séculos XVII e XVIII),” *Revista de História (USP)*, 149, (São Paulo, 2003), pp. 69-107; Pablo Ibáñez-Bonillo e Karl Heinz Arenz, “Uma correspondência transfronteiriça na Amazônia colonial: a carta do jesuíta Louis de Villette de Caiena a seu confrade José Lopes em Belém (1733),” *Revista História Unisinos*, 23 (1), (São Leopoldo, jan.-abr. 2019), pp. 117-123.

⁶² Referente às múltiplas interferências humanas no ambiente natural antes da chegada dos europeus, ver Charles R. Clement, Michael J. Heckenberger, Eduardo G. Neves et al., “The domestication of Amazonia before European conquest,” *Proceedings of the Royal Society B*, 282 (20150813), (Londres, 2015), pp. 1-9. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/full/10.1098/rspb.2015.0813>.

⁶³ Ver Neide Gondim, *A invenção da Amazônia* (São Paulo: Marco Zero, 1994).

Sujeitos interagentes

Os encontros e contatos ocorridos no sertão e no litoral implicaram sujeitos muito heterogêneos. Por conveniência, a historiografia recorreu – e ainda recorre –, a termos genéricos e englobantes, como índios, missionários ou colonos, no intuito de categorizar os principais grupos de agentes envolvidos ou concernidos. Mas, nos últimos anos, os pesquisadores estão mais atentos às peculiaridades de determinados indivíduos e grupos, visando evitar uma nomenclatura demasiadamente geral ou exônimos não mais apropriados. Observa-se, assim, uma diferenciação mais cuidadosa quanto às particularidades dos povos indígenas ou das ordens religiosas, mas também dos moradores, militares e administradores. Não obstante, a relação entre indígenas colonizados e europeus colonizadores continua no foco da grande maioria dos trabalhos historiográficos mais recentes; certamente menos numa perspectiva binômica, como apontado mais acima, mas com maior atenção aos múltiplos modos de mediação e negociação, sem relativizar o caráter assimétrico dos vínculos sociais.

Quanto às análises acerca aos indígenas e suas complexas agências no tempo colonial, podemos destacar as seguintes tendências. Para começar, no que tange aos chamados “primeiros contatos”, as pesquisas mais novas se enquadram no campo da etnohistória, como a tese de Pablo Ibáñez-Bonillo sobre o complexo quadro socioétnico em torno do processo da conquista lusa do estuário do rio Amazonas ou o artigo de Mark Harris sobre relatos de contatos no Quinhentos, em cujas entrelinhas se percebem indícios de como “superar separações culturais”.⁶⁴

Em seguida, a experiência missionária que pôs grupos indígenas em contato direto com diversas ordens religiosas continua ocupando um lugar central na historiografia recente. Esse fato não deve surpreender, visto que os aldeamentos estabelecidos pelos missionários foram lugares propícios para encontros e desencontros que impactaram nos horizontes simbólicos e nas práticas socioculturais dos agentes envolvidos, tanto indígenas quanto padres. Cristina Pompa realça que “os estudos realizados nos últimos anos que enfocam as relações entre índios e missionários vêm privilegiando em suas abordagens o olhar histórico

⁶⁴ Pablo Ibáñez-Bonillo, “La conquista portuguesa del estuario amazónico: identidad, guerra, frontera (1662-1654)” (tese de doutorado, Universidad Pablo de Olavide/University of St. Andrews, Sevilha, 2015); Mark Harris, “Revisiting first contacts on the Amazon 1500-1562,” *Revista Tempo*, 23 (3), (Niterói, set.-dez. 2017), pp. 509-527.

e a análise processual como instrumento metodológico". Mais adiante, a antropóloga insiste que, na análise das ações missionárias e (re)ações indígenas, "é preciso acompanhar, na longa ou na breve duração, a dinâmica do encontro-choque entre horizontes simbólicos diversos e a construção de novos universos de significados 'negociados'".⁶⁵

Neste sentido, diante da complexidade do ambiente intercultural engendrada pelos encontros entre indígenas e religiosos, o conceito da mediação cultural, proposto por Paula Montero, tornou-se um instrumento central de análise. Mediação vai além dos termos tradicionais de explicação, como aculturação, assimilação, sincretismo ou hibridismo, e dá mais realce ao "jogo contingente" das relações sociais e simbólicas de caráter processual e recíproco. Uma leitura nas entrelinhas das fontes missionárias permite, até certo grau, compreender como se produziu a crescente "convergência de horizontes simbólicos" no convívio de indígenas e religiosos. Diferente do tradicional binarismo antagônico "nós-eles", o conceito da mediação cultural focaliza nos múltiplos "códigos compartilhados" que permitem pensar o "outro" e fazer eventuais acordos com ele. Assim, no caso dos índios, a interação resultou, a partir de elementos fomentados pelos missionários, em uma (re)significação dos modos de vida tradicionais e, também, da própria identidade étnica.⁶⁶ Destarte, o ambiente das missões foi propenso para o surgimento dos chamados "índios cristãos". Almir Diniz de Carvalho Júnior dá ênfase ao papel mediador dos neo-cristãos indígenas no processo de conformação da sociedade colonial amazônica,⁶⁷ cujos descendentes são, em grande parte, os ribeirinhos atuais.

No que se refere às diferentes ordens e seus agenciamentos na Amazônia colonial, Breno Machado dos Santos e Karl Arenz analisam a marcante atuação dos jesuítas dentro da complexa tessitura socioétnica da colônia.⁶⁸ O último autor aponta a polêmica acerca da Companhia de Jesus que, durante décadas, marcou a historiografia amazônica, tendo engendrado três correntes: um pró-jesuítico, de claro teor apologético; outro anti-jesuítico,

⁶⁵ Cristina Pompa, "Para uma antropologia histórica das missões", *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*, org. Paula Montero (São Paulo: Globo, 2006), p. 112.

⁶⁶ Paula Montero, "Missionários, índios e mediação cultural", *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*, org. Paula Montero (São Paulo: Globo, 2006), pp. 9-29.

⁶⁷ Almir Diniz de Carvalho Júnior, *Índios cristãos: poder, magia e religião na Amazônia colonial* (Curitiba: Editora CRV, 2017).

⁶⁸ Breno Machado dos Santos, *Os jesuítas no Maranhão e Grão-Pará seiscentista: uma análise sobre os escritos dos protagonistas da Missão* (Jundiá: Paco Editorial, 2015); Karl Heinz Arenz, "Além das doutrinas e rotinas: índios e missionários nos aldeamentos jesuítas da Amazônia portuguesa (séculos XVII e XVIII)," *Revista História e Cultura*, 3 (2), (Franca, 2014), pp. 63-88.

de cunho positivista; enfim, um último que, inspirado pela Teologia da Libertação, diferencia entre uma suposta fase profética e outra “empresarial”.⁶⁹

Roberta Lobão Carvalho examinou a polêmica que a presença da Companhia de Jesus provocou entre os moradores, oscilando entre confrontos abertos e conivências tácitas.⁷⁰ Já outros autores deram atenção às ordens até então pouco trabalhadas pela historiografia, como Roberto Zahluth de Carvalho Júnior sobre os franciscanos de Santo Antônio, conhecidos como “capuchos”, e os carmelitas, e Frederik Luiz Andrade de Matos sobre os franciscanos da Piedade.⁷¹ Rafael Chambouleyron, Rafael Ale Rocha e José Alves de Souza Júnior abordam a rede das missões, mais amplamente, sob o prisma de seus impactos na sociedade e na economia coloniais.⁷²

Além dos missionários, os desdobramentos das autoridades, tanto na corte quanto na colônia, para integrar os indígenas no sistema colonial estão sendo, cada vez mais, averiguados. Um viés importante, nesse sentido, é a análise crítica da legislação que visou regulamentar o status, a aquisição, os tipos, os prazos e as condições de trabalho, como também as medidas de “civilização” dos indígenas.⁷³ Assim, Rita Heloísa de Almeida, Ângela Domingues, Patrícia Melo Sampaio [Alves de Melo] e Mauro Coelho analisaram o Diretório dos Índios, promulgado em 1757, sob o foco das dinâmicas sociais que as tentativas

⁶⁹ Arenz, “Além das doutrinas e rotinas”, pp. 64-65.

⁷⁰ Roberta Lobão Carvalho, “‘A ruína do Maranhão’: a construção do discurso antijesuítico na Amazônia portuguesa (1705-1759)” (tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018).

⁷¹ Roberto Zahluth de Carvalho Jr., “Espíritos inquietos e orgulhosos: os frades capuchos na Amazônia joanina (1706-1751)” (dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém 2009); Roberto Zahluth de Carvalho Jr., “‘Dominar homens ferozes’: missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757)” (tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015); Frederik Luiz Andrade de Matos, “Os ‘Frades del Rei’ nos sertões amazônicos: os capuchos da Piedade na Amazônia colonial (1693-1759)” (dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014).

⁷² Rafael Chambouleyron, “Os jesuítas e o ‘aumento e conservação’ do Estado do Maranhão e Pará (século XVII),” *Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica*, 27 (1), (Recife, 2009), pp. 76-104; Rafael Ale Rocha, “Aldeamentos missionários no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1700-1750),” *Revista Habitus*, 17 (2), (Goiania, jul.-dez. 2019), pp. 379-393; José Alves de Souza Junior, *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos* (Belém: ed.ufpa, 2012).

⁷³ Beatriz Perrone-Moisés, “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista colonial (séculos XVI a XVIII),” *História dos índios no Brasil*, org. Manuela Carneiro da Cunha (São Paulo: Companhia das Letras, 1992), pp. 115–132; Maria Eliane Alves de Souza e Mello, “O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia Portuguesa,” *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, 27 (1), (Recife, 2009), pp. 48-55.

de regerar o atrelamento dos índios ao projeto colonial-civilizador engendraram, atentando tanto às resistências quanto às negociações.⁷⁴

A aquisição de índios enquanto mão de obra tão necessária para os diversos empreendimentos coloniais está no centro de pesquisas que examinam as diferentes expedições para o interior (descimentos, resgates e guerras justas). Assim, Barbara Sommer, Massimo Livi Bacci, Fernanda Bombardi, Camila Loureiro ou Dysson Teles, destacam as práticas realizadas legal ou ilegalmente durante estas campanhas, apontando os agentes envolvidos de forma direta, como os *cunhamenas* e capitães, e indireta, como certos administradores.⁷⁵ Neste contexto, a questão da escravidão dos indígenas, oficialmente condicionada por certos critérios filosófico-jurídicos, é um assunto central.⁷⁶ O mesmo vale para aquela infligida, de forma indiscriminada, aos escravizados africanos, cuja presença na região – embora menos expressiva, na época colonial, do que em outras áreas da América lusa – ganhou visibilidade por meio de estudos recentes, como os de Flávio Gomes acerca dos mocambos estabelecidos por escravos fugidos e resistentes no norte do Pará.⁷⁷

Este perfil de uma sociedade colonial altamente dependente da integração dos trabalhadores indígenas e africanos, como também dos modos de sua aquisição, se reflete em dois campos essenciais da vida pública: a administração e a economia. Cientes desta dependência, governadores, contratadores, provedores, ouvidores, capitães, além de vereadores e moradores notáveis, concorreram, em muitos casos, numa trama de acerbadas

⁷⁴ Rita Heloísa de Almeida, *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII* (Brasília: Ed. UnB, 1997); Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII* (Lisboa: CNCDP, 2000); Patrícia Melo Sampaio, *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia* (Manaus: EdUA, 2012); Mauro Cezar Coelho, *Do Sertão para o Mar: um estudo sobre a Experiência Portuguesa na América – o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)* (São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016).

⁷⁵ Barbara Sommer, “Colony of the Sertão: Amazonian Expeditions and the Indian Slave Trade,” *The Americas*, 61 (3), (Washington, 2014), pp. 401-428; Massimo Livi Bacci, “The Depopulation of Upper Amazonia in Colonial Times,” *Revista de Indias*, LXXVI (267), (Madri, 2016), pp. 419-448; Fernanda Aires Bombardi, “Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)” (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2014); Camila Loureiro Dias, “L’Amazonie avant Pombal: politique, économie, territoire” (tese de doutorado, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014); Dysson Teles Alves, “O tempo dos régulos do sertão: o contrabando de índios na Amazônia Portuguesa (1700-1750)” (tese de doutorado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017).

⁷⁶ Camila Loureiro Dias, “Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade,” *Estudos Avançados*, 33 (97), (São Paulo, 2019), pp. 235-253.

⁷⁷ Flavio dos Santos Gomes, “A ‘Safe Haven’: Runaway Slaves, Mocambos, and Borders in Colonial Amazonia, Brazil,” *Hispanic American Historical Review*, 82 (3), (Durham, 2002), pp. 469-498; Flavio dos Santos Gomes, “Etnogénesis en las fronteras entre Brasil, Surinam y Guayana Francesa, siglos XVII-XX: más aproximaciones,” *Antíteses*, 4 (8), (Londrina: 2011), pp. 631-644

competências por influência, conforme mostram os trabalhos de Marcia Mello, Fabiano Vilaça, Raimundo das Neves Neto e Vinícius Zúniga.⁷⁸ Também as vítimas da Inquisição, provindas de todas as classes sociais e condições étnicas, estão suscitando interesse, pelo fato de revelarem as múltiplas mentalidades e heterodoxias vigentes naquela sociedade distante da metrópole.⁷⁹

Quanto à economia, estudos recentes de Rafael Chambouleyron evidenciam, com atenção aos diferentes agentes envolvidos, que a Amazônia não era uma colônia tão precária com uma produção quase unicamente centrada na coleta de drogas do sertão, como se presumia até recentemente.⁸⁰ Alírio Cardoso mostra, que, já no início do século XVII, havia tentativas da Coroa de implementar na Amazônia uma “economia de fronteira” diversificada, visando transferir para a região as experiências da produção açucareira no Brasil e da exploração de especiarias na Índia⁸¹. Mais tarde, paralelo ao extrativismo, empreendimentos agrícolas de porte maior foram implantados, sobretudo em sesmarias em torno das principais cidades, Belém e São Luís. Pesquisas, feitas a partir de registros comerciais, arquivados na Torre do Tombo em Lisboa, apontam que o cacau – tanto o “bravo”, coletado no sertão, quanto o “manso”, cultivado nas fazendas – foi uma das *commodities* mais rentáveis, sendo comercializada em muitos países da Europa. De certa forma, a região amazônica desenvolveu, nas fazendas e aldeamentos, um caráter rural *sui generis* com uma conjugação das dinâmicas extrativa e agrícola.⁸² Quanto ao abastecimento

⁷⁸ Márcia Eliane Alves de Souza Mello, *Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas* (Manaus: EdUA, 2009), pp. 241-321; Fabiano Vilaça dos Santos, *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)* (São Paulo: Annablume, 2011); Raimundo Moreira das Neves Neto, *“Em aumento de minha fazenda e do bem desses vassallos”: a coroa, a fazenda real e os contratadores na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)* (Jundiaí: Paco Editorial, 2019); Vinícius Zúniga de Melo, “Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do Diretório dos Índios (1757-1798)” (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016).

⁷⁹ Yllan de Mattos, *A última Inquisição: os meios de ação e funcionamento do Santo Ofício no Grão-Pará pombalino (1750-1773)* (Jundiaí: Paco Editorial, 2012); Leila Alves de Carvalho, “Os Cadernos do Promotor: O Tribunal do Santo Ofício no Maranhão e Grão-Pará (1640-1750)” (dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018).

⁸⁰ Rafael Chambouleyron, *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)* (Belém: Açai, 2010), Rafael Chambouleyron, “Cacao, Bark-clove and Agriculture in the Portuguese Amazon Region, Seventeenth and Early Eighteenth Century,” *Luso-Brazilian Review*, 51 (1), (Madison: 2014), pp. 1-35

⁸¹ Alírio Cardoso, “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626),” *Revista Brasileira de História*, 31 (61), (São Paulo, 2011), pp. 317-338; Alírio Cardoso, “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal atlântico no final da monarquia hispânica,” *Revista Tempo*, 21 (27), (Niterói, jun. 2015), pp. 116-133.

⁸² Rafael Chambouleyron, Karl Heinz Arenz e Vanice Siqueira de Melo, “Ruralidades indígenas na Amazônia colonial,” *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, 15 (1), (Belém, 2020), pp.1-22 [e20190027]; Rafael Chambouleyron e Karl Heinz Arenz, “Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion

interno, trabalhos recentes realçam, com foco na importância da mão de obra indígena, a produção de farinha de mandioca, o alimento-chave da região, e a de peixe e sal, não menos relevantes para o sustento da população.⁸³

Além das variadas formas de incorporação dos indígenas na sociedade e economia regionais, as transformações que as práticas coloniais provocaram na demografia e nas estruturas sociais de diversos grupos indígenas, suscitam o interesse de pesquisadores. Fora as consequências desastrosas das epidemias que atingiram quase todos os grupos e povos originários,⁸⁴ a formação de novas hierarquias e a articulação de políticas indígenas, mediante adaptação e/ou negociação das lideranças tradicionais, estão sendo apontadas em trabalhos recentes.⁸⁵ Outros impactos analisados são os complexos processos de mestiçagens, desde os primórdios da colonização,⁸⁶ e a ampla difusão da Língua Geral do tronco linguístico tupi.⁸⁷ A presença crescente de mestiços de matriz indígena e a

and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries)," *Journal of Latin American Studies*, 53, (Cambridge, 2021), pp. 221-244.

⁸³ Roberto Borges da Cruz, "Farinha de 'pau' e de 'guerra': os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722-1759)" (dissertação de mestrado inédita, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011); Marina Hungria Nobre, "'Para o governo de sal e tainhas e de índios': as salinas e o pesqueiro real no Estado do Maranhão e Pará (1640-1750)" (dissertação de mestrado inédita, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017).

⁸⁴ Antônio Otaviano Vieira Júnior e Roberta Sawaia Martins, "Epidemia de sarampo e trabalho escravo no Grão-Pará (1748-1778)," *Revista Brasileira de Estudos de População*, 32 (2), (Rio de Janeiro, mai.-ago. 2015), pp. 293-311; Rafael Chambouleyron, Benedito Costa Barbosa, Fernanda Aires Bombardi e Cláudia Rocha de Sousa, "'Formidável contágio': epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750)," *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 18 (4), (Rio de Janeiro, out.-dez. 2011), pp. 987-1004.

⁸⁵ Rafael Rogério Nascimento dos Santos, "*Diz o índio ...*": *políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798)* (Jundiá: Paco Editorial, 2019); Marcel Rolim da Silva, "A colonização do morubixaba: a construção do principalato indígena na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)" (dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019); Darlan Rodrigo Sbrana, "A galha da figueira branca e o carvalho: alvorecer do Maranhão colonial a partir das representações a respeito dos chefes tupinambás (1603-1619)" (dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017); Rafael Ale Rocha, "A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)" (tese de doutorado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013); Rafael Ale Rocha, "Os índios oficiais na Amazônia pombalina," *Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português*, orgs. Andréa Doré e Antonio Cesar de Almeida Santos (Curitiba: UFPR/Fundação Araucária, 2008), pp. 95-107.

⁸⁶ Rafael Chambouleyron e Karl Heinz Arenz, "'Indiens ou Noirs, libres ou esclaves': travail e métissage en Amazonie portugaise (XVII^e et XVIII^e siècles)," *Caravelle*, 107, (Toulouse, 2016), pp. 15-29; Décio de Alencar Guzmán, "Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil, séculos XVIII e XIX)," *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*, orgs. Cristina Adams, Rui Murrieta e Walter Neves (São Paulo: Annablume, 2006), pp. 67-80.

⁸⁷ Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente, "Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em língua geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759)" (dissertação de mestrado inédita, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017); Cândida Barros e Ruth Maria Monserrat, "Fontes manuscritas sobre a Língua Geral da Amazônia

permanência de um idioma indígena supraétnico, a Língua Geral, são provas – uma visível e outra audível –, da intensa e intrincada interação entre índios e europeus, além de africanos, na Amazônia colonial.

Considerações finais

Podemos concluir que, dentro das novas tendências historiográficas, a lente de investigação sobre a Amazônia colonial é doravante multifocal. Apesar de relações marcadamente assimétricas e fontes de teor unilateral, as historiadoras e os historiadores estão lendo criteriosamente nas entrelinhas, com atenção às complexas redes interétnicas e, mais ainda, aos interesses particulares que, ora concordantes, ora conflitantes, conectaram os diversos agentes coloniais em seu cotidiano. Esses sujeitos estão sendo vistos não como ocupantes de um ambiente labiríntico e “selvagem”, mas habitantes de um espaço, ao qual cada grupo implicado conseguiu dar, conforme seus interesses, um determinado sentido. Em razão destas novas perspectivas, também o arcabouço conceitual das pesquisas ganhou um caráter multifacetário, como indicam os termos “negociação”, “reconfiguração” ou “mediação” que as embasam.

Fora esse lado teórico, temos também que levar em conta o prático. Assim, o acesso mais direto às fontes por via digital, a abertura de muitas instituições e programas de pesquisa, a facilidade maior para divulgar e publicar os resultados das investigações e a intensificação do diálogo interdisciplinar, sobretudo com a arqueologia, a antropologia e a linguística, deu à Amazônia colonial maior expressividade dentro dos estudos sobre o Brasil-Colônia e, também, dentro da História Global. Esta externalização dos debates conjuga, internamente, com uma crescente “autoctonização” das pesquisadoras e dos pesquisadores. Se, durante muito tempo, predominaram estudiosos de outras regiões brasileiras ou do exterior, vê-se agora um número cada vez maior de investigadoras e investigadores “da terra”. De fato, nos últimos trinta anos, a imagem de uma colônia predominantemente exótica, precária e periférica empalideceu, deixando transparecer o quadro de uma sociedade com agenciamentos e raciocínios próprios, ora em fricção, ora em negociação, e conectada de múltiplas formas ao mundo em sua volta.

escritas por jesuítas ‘tapuitinga’ (século XVIII),” *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, 49 (2), (Rio de Janeiro: 2015), pp. 236-254; José Ribamar Bessa Freire, *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia* (Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004).